

Nº. 87, nov./98, p.1-4

**ANÁLISE DE ALGUNS ELOS DA CADEIA PRODUTIVA DO ALGODÃO NO BRASIL**

Robério Ferreira dos Santos<sup>1</sup>  
Eleusio Curvelo Freire<sup>2</sup>  
Orozimbo Silveira Carvalho<sup>3</sup>

O aparecimento do bicudo do algodoeiro, em 1983, e sua propagação no Brasil tiveram duas conseqüências diversas. Nos estados de São Paulo e Paraná ocorreu uma melhoria no nível tecnológico utilizado no campo, que apesar de ter provocado redução no número de agricultores familiares, que não tinham condições de adotar as mudanças técnicas necessárias à convivência com a praga, implicou em aumento de produção em alguns anos, até 1990. No Nordeste a crise se acelerou, explicado principalmente pelo tradicionalismo da estrutura de produção encontrada no campo e pelo alto risco climático, que tornaram inviáveis a adoção de tecnologias disponíveis, necessárias à convivência com o bicudo.

A abertura ocorrida no Brasil em relação ao mercado externo começou a afetar o mercado de algodão mais intensamente, a partir de 1990, com a drástica redução ocorrida nas tarifas alfandegárias, que facilitou a entrada de importações, ajudado também pelos preços artificialmente baixos nos países de origem, conseguidos mediante subsídios concedidos à produção e nas exportações e pelas facilidades de financiamento dos produtos importados (prazo de até 400 dias e taxas de juros de 6 a 8% ao ano). Isto reduziu ainda mais a competitividade do algodão nacional, tornando o produto ainda menos atraente para a indústria têxtil.

A crise do algodão se expandiu para as regiões Sudeste e Sul e se agravou no Nordeste. No ano agrícola 1996/97, a área colhida e a produção de algodão herbáceo no Brasil corresponderam a 28 e 31%, respectivamente, dos maiores valores obtidos deste 1974, que ocorreram no ano agrícola 1984/85; em São Paulo, a área colhida foi 20% da maior obtida no período em análise (1973/74) e a produção 22% daquela obtida em 1987/88; no Paraná, os números são 8% da maior área colhida (1991/92) e 11% da maior produção (1984/85); no Nordeste, os números são 1% da maior área colhida (1976/77) e 0,82% da maior produção

<sup>1</sup> Pesquisador da Embrapa Algodão e professor do Curso de Mestrado em Economia da UFPB, campus II, convênio Embrapa/UFPB; e-mail: roberio@cnpa.embrapa.br

<sup>2</sup> Pesquisador da Embrapa Algodão; e-mail: eleusio@cnpa.embrapa.br

<sup>3</sup> Pesquisador da Embrapa Algodão; e-mail: orozimbo@cnpa.embrapa.br

CT/87, CNPA, nov./98, p.2

(1977/78) do algodão arbóreo e 28% da maior área colhida (1984/85) e da maior produção (1983/84) do algodão herbáceo (Embrapa,1998).

Algumas conseqüências desta crise já são visíveis:

1. O Brasil foi em 1997, conforme dados do Cotton World Statistics(1997), o segundo maior importador mundial de pluma de algodão;
2. a região Centro-Oeste é, desde o ano agrícola 1995/96, a principal produtora de algodão do Brasil em quantidade produzida, onde tem grande importância a produção mecanizada, desde o preparo do solo à colheita, realizada principalmente na região de cerrados, por grandes grupos que se destacam na cotonicultura brasileira, com áreas de atuação no campo, no beneficiamento e na industrialização da pluma, realizada principalmente em São Paulo, destacando-se também a introdução da terceirização no beneficiamento do algodão, com o objetivo de aumentar o valor agregado a nível do produtor rural;
3. a produção de algodão dos estados de São Paulo e Paraná está num processo de grande mudança, onde se reduz a participação dos produtores familiares e se aumenta a participação da produção de grandes grupos empresariais da cotonicultura brasileira, utilizando tecnologia semelhante a que se adota na Argentina e na região Centro-Oeste do Brasil, consolidando-se a migração da área produtora tradicional de algodão para regiões de solos planos desses estados, ocorrendo nos grandes grupos produtores a verticalização da produção, abrangendo cultivo, beneficiamento e industrialização;
4. consolida-se a extinção da produção de algodão arbóreo no Nordeste brasileiro, continuando ela a existir apenas entre os pequenos produtores não tecnificados, sem nenhuma significância na cadeia produtiva do algodão;
5. ocorre redução na produção realizada por grandes produtores de algodão herbáceo na região polarizada pelo município de Guanambi, na Bahia, a ponto da maior participação já pertencer a agricultores familiares;
6. continua a redução do cultivo de algodão herbáceo, na região Nordeste, por parte dos agricultores familiares que utilizam tecnologia tradicional de sequeiro, tendo a produção alguma significância apenas nos anos de melhores condições climáticas, sendo comercializada com intermediários que juntam a produção e vendem para usinas de beneficiamento, que não primam em negociar produto de qualidade e, por isto mesmo, encontram dificuldades na comercialização da pluma, que é vendida geralmente para pequenas indústrias têxteis localizadas dentro do próprio estado onde foi cultivado o algodão;
7. diferentemente do algodão arbóreo passam a existir quatro áreas de expansão para a produção de algodão herbáceo no Nordeste:
  - 7.1. produção irrigada via agricultores familiares tecnificados, que necessitam, para seu sucesso, de parcerias entre a pesquisa, extensão, setor privado e governos federal, estadual e municipal, continuando sendo importante a participação de intermediários entre o produtor rural e as usinas de beneficiamento, cuja função principal é juntar as produções de diversos agricultores e realizar a comercialização do produto junto às usinas de beneficiamento (a maior parte desses intermediários já é ligada à essas usinas), constituindo-se outra alternativa a utilização de minidescaroçadoras de algodão nas comunidades de agricultores familiares, com vistas a aumentar o valor agregado a nível do produtor rural, que depende em grande escala da organização das famílias nas comunidades, sendo a maior parte da pluma resultante comercializada junto à indústria têxtil de médio e pequeno porte do Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba, e

CT/87, CNPA, nov./98, p.3

uma pequena parte comercializada em Minas Gerais e São Paulo (os demais subprodutos são comercializados dentro do próprio estado onde se localiza a usina de beneficiamento)<sup>4</sup>;

- 7.2. produção irrigada, via projetos com grandes produtores, como o que está em andamento na Chapada do Apodi, no Ceará, onde existe a perspectiva de instalação de grandes grupos empresariais que se somarão aos produtores tecnificados já existentes, sendo que em termos de beneficiamento, deverá ocorrer a verticalização, quer via montagem de novas usinas ou integração com algumas em funcionamento, onde o destino da pluma beneficiada vai depender da região de origem dos grupos que se instalarão no Nordeste e das parcerias com grupos locais;
- 7.3. expansão da cotonicultura no cerrado nordestino, com ênfase para a região do oeste baiano, polarizada pelo município de Barreiras, onde o nível tecnológico é semelhante ao do cerrado da região Centro-Oeste, com a vantagem de possuir melhores condições climáticas, predominando a produção de grandes produtores, sendo ela beneficiada nos municípios de Guanambi e Bom Jesus da Lapa e a pluma comercializada principalmente em Montes Claros, MG;
- 7.4. produção de algodão de sequeiro por produtores familiares passíveis de adotar tecnologia melhorada, como a que já começou a ocorrer em 1997, com destaque nos estados da Paraíba e do Ceará, sendo que neste último, conforme dados da Secretaria de Desenvolvimento Rural(1998), foram obtidos nos municípios de Acopiara, Quixeré, Cedro, Icó, Orós, Quixelo, Carui, Jucas, Várzea Alegre, Granjeiro e Nova Olinda, rendimentos médios iguais ou superiores a 1.200 kg/ha de algodão em caroço, continuando o intermediário entre o produtor rural e a usina de beneficiamento sendo importante também neste caso e o algodão em pluma negociado principalmente com as indústrias têxteis de médio e pequeno porte.

A nível agregado pode-se concluir que a cotonicultura brasileira passa a funcionar cada vez mais em bases capitalistas, aumentando sua competitividade em relação ao setor externo, direcionando o processo produtivo para as regiões de cerrado do Centro-Oeste, de Minas Gerais e do Nordeste e para as regiões planas irrigáveis desta região, via grandes grupos empresariais. Isto, no entanto, aumenta ainda mais a necessidade de competitividade do produto no mercado interno, tanto em termos de preço como de nível tecnológico. Existe espaço também para a produção via agricultura familiar capitalizada, cuja expansão dependerá muito de políticas governamentais e de sua integração à indústria têxtil.

Estima-se para 1998 (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 1998) uma produção nacional em 441 mil toneladas de pluma, incremento de 33% em relação a 1997, sendo 129 mil na região Sudeste (incremento de 46%), 63 mil na região Sul (incremento de 55%), 224 mil na região Centro-Oeste (aumento de 92%), 22 mil toneladas na região Nordeste (redução de 57%) e mil toneladas na região Norte (redução de 28%). Com esses dados pode-se verificar o encaminhamento da produção brasileira para o Centro-Oeste. Outra informação importante que mostra a vitalidade desta região é a abertura de 35 usinas de beneficiamento de algodão em Goiás e Minas Gerais e 18 em Mato Grosso, no ano agrícola 1997/98.

A tendência de recuperação da produção nacional de algodão poderá ficar ainda mais ativa com os efeitos da recente medida tomada pelo governo federal, de garantir financiamento via Empréstimos do Governo Federal(EGF), transferível para a indústria têxtil, com juros de 8,5% ao ano e 360 dias para pagamento, que equipara as condições de comercialização do

<sup>4</sup> Em 1997, ocorreu uma importante frente de expansão desta área, na Paraíba e no Ceará

**CT/87, CNPA, nov./98, p.4**

algodão nacional com o algodão importado e cria oportunidades de expansão para a produção brasileira. Esta tendência de recuperação poderá também ser ainda mais ativada com a autorização dada pelo governo, em setembro de 1998, às "tradings" de comprar algodão subsidiado no leilão do Prêmio de Escoamento de Produto (PEP), que segundo Marco Antônio Alufio, gerente comercial da Esteve S/A, uma das maiores "tradings" do país, em entrevista concedida à Gazeta Mercantil, em 10.09.1998, poderá dar mais liquidez ao mercado. Mauro Zanatta, nesta mesma reportagem, afirma que alguns produtores e industriais acreditam que com esta medida do governo o Brasil "passará a ser não apenas um importador na entressafra, mas também um potencial exportador nos quatro meses de sua safra, entre maio e agosto".

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COTTON WORLD STATISTICS. Washington, D.C.: ICAC, 1997.

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Algodão( Campina Grande, PB). Banco de Dados. Campina Grande, 1998.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, julho de 1998.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (Fortaleza, CE). Informações referentes ao estado do Ceará a respeito da cadeia produtiva do algodão. Fortaleza, 1998.